



Brasil SA

ANO XXVII
DEZEMBRO / 2023
R\$ 8,90

EDIÇÃO
Nº 14

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE



PIB DO BRASIL CRESCCE

Pesquisa do IBGE revela que o país teve o terceiro resultado positivo consecutivo do indicador em bases trimestrais

TURISMO

Sul de MG aposta em turismo rural para atrair visitantes

ENTREVISTA | Julia Dias Leite

Presidente do CEBRI fala sobre o futuro do Brasil nas relações exteriores





NO TRÂNSITO, FAÇA A ESCOLHA CERTA: SE BEBER, NÃO DIRIJA.

Use o cinto de segurança,
e respeite a sinalização e o
limite de velocidade. Quem
dirige tem suas escolhas.
E também consequências.



Governo de
**Mato
Grosso**

Agora somos 100% digital

Seguindo a tendência internacional dos mais importantes veículos de comunicação do Brasil e do mundo, informamos aos nossos leitores, colaboradores e anunciantes que o Grupo Rede de Mídias (RDM) está 100% digital desde o dia 1º de outubro de 2022.

Assim, todas as nossas edições passaram a ser disponibilizadas digitalmente em todas as nossas plataformas de comunicação online, pelos Portais, Redes Sociais, Mailing List e grupos e listas de transmissão de apps de mensagens instantâneas.

Desta forma, estamos seguindo os mesmos parâmetros que o mercado editorial no país todo e no mundo já faz acontecer há bom tempo. Ou seja, isso tudo já acontece com os veículos da grande mídia nacional e internacional.

Todos já estão praticando essa mais eficiente estratégia mercadológica de alcançar mais leitores com muitíssimo mais rapidez. Essa mudança estratégica no mercado editorial ocorreu - e vem ocorrendo a cada inovação tecnológica no campo da Web e das telecomunicações - em tempo recorde.

E atualmente experimentamos um irreversível avanço nas redes sociais, o que veio com tamanha rapidez nos dois últimos anos devido às preocupações das pessoas e recomendações médicas sanitárias. Especialmente por conta da pandemia do covid-19, desmotivou-se o acesso e, sobretudo, o folheio de materiais impressos, com receio de contaminações. Isto ficou no inconsciente coletivo das pessoas de uma maneira tão traumática que continua ainda mais claro agora, no pós-pandemia, que por sinal, pelo visto, estamos entrando em uma nova onda de contaminação da terrível doença causada pelo coronavírus, com a nova cepa da ômicron-Q1.

Informamos que até meados de 2023 prosseguiremos ainda com versões impressas de nossos veículos, só mais reduzidas. Será tão somente para o cumprimento de compromissos já assumidos com nossos leitores, colaboradores e assinantes.

Vale registrar que, para os nossos clientes, clientes/anunciantes, que, em se tratando de custo-benefício, em termos de um alcance maior para o seu respectivo público-alvo, podemos afirmar com toda a certeza que teremos uma capilaridade muitíssima maior de leitores, igualmente muito mais estratificados em termos de alcance dos nossos anúncios/informes que vêm sendo veiculados em nossos veículos de comunicação.

Haja vista que estaremos hospedados em todas as plataformas existentes na Internet nos 141 municípios do Estado de Mato Grosso, como também nos demais 25 estados brasileiros e no Distrito Federal. Ou seja, no Brasil e no mundo, portanto.

Com este salto de qualidade, neste 2023 em que o Grupo Rede de Mídias completa 27 anos de vida com circulação ininterrupta, é motivo de muita alegria para nós, nosso leitores, colaboradores e anunciantes, esta nova estratégia de edição digital, hospedagem e circulação via todas as plataformas na Internet, além de parcerias com os sites mais acessados para hospedagem dos nossos links de cada edição.

Com certeza, no que depender de nossa equipe, o céu passa a ser, literalmente, o nosso limite.

Informamos também que, atendendo uma nova tendência do mercado, com o dinamismo que tomou conta da Comunicação Virtual (real time), o nosso Conselho Editorial achou por bem implementarmos neste ano de (para que também informássemos aqui agora) que as nossas edições passarão a ser semanais, o que vai cooperar na geração de mais empregos e rendas aos profissionais do Jornalismo, como também aos demais segmentos profissionais da Comunicação Social, os quais são necessários para uma exitosa gestão profissional de um Grupo de Comunicação em toda a sua plenitude. ■

Artur Fonseca
Sócio-Diretor de Gestão



“Só os que se arriscam
a ir longe demais são
capazes de descobrir
o quão longe se pode ir.”

T.S. ELIOT

Poeta americano (1898-1965)

Avança Brasil

O percentual de crescimento parece pequeno, mas comparado aos desafios que o Brasil enfrenta, 0,1% no PIB é muito. Especialistas comentam que a economia vive um período de desaceleração, mas apresenta um ritmo de crescimento.

A locomotiva que puxa são as atividades agropecuárias que apresentaram um de 3,3% entre julho e setembro por conta da saída da colheita da base de comparação. As principais culturas que fazem o Brasil crescer são, segundo a pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são: milho, cana-de-açúcar, algodão e café.

Estas informações estarão detalhadas em nossa reportagem especial e trazem uma mensagem de esperança, de que apesar dos desafios, o país tem tudo para crescer.

Boa leitura!

Hulda Rode, editora-geral



ÍNDICE | Dezembro 2023

08 | ENTREVISTA | Julia Dias Leite Mercado de concessão de rodovias passa por reacomodação

Em entrevista, Diretora-Presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais fala dos 25 anos da instituição e do futuro do Brasil nas relações exteriores

06 | Opinião - Patrícia Marins

06 | Infraestrutura

06 | Governança

14 | Direto de Brasília - João Pedro Marques

18 | Governança

22 | Exportações

24 | Política

26 | Justiça

28 | Saúde





Você sabe como funciona o
CONTROLE DE ACESSO?

A CVM e a insustentável leveza de suas finanças sustentáveis

“**M**enos Keynes, mais Friedman!” foi a frase que ouvimos da Superintendência de Desenvolvimento de Mercado (SDM) da Comissão de Valores Mobiliários, em uma recente conversa sobre o Plano de Finanças Sustentáveis dessa autarquia, com o propósito de discutir duas das 17 “iniciativas sustentáveis” que integram o plano de ação da CVM para o biênio 2023/24. São elas: a regulamentação dos Fiagro (Fundos de Investimento das Cadeias Produtivas do Agronegócio) e a regulamentação dos ProRecycle (Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem).

Na mesma conversa, a SDM publicava a Consulta Pública SDM 03/2023 para debater a minuta de anexo normativo à Resolução CVM nº 175/2022, dispondo sobre as regras específicas dos Fiagro. Pela nova regulamentação, os Fiagro estarão habilitados a investir em créditos de carbono, já qualificados pelo Banco Central e pela CVM como “ativos financeiros” que poderão ser utilizados em dação em pagamento para quitar dívidas lastreadas em cédulas de produto rural - verde (CPR-V) - e em certificados de recebíveis do agronegócio - verde (CRA-V).

Na visão da autarquia, os avanços legais e regulatórios dos mercados voluntário e regulado dos créditos de carbono são fruto de sua obediência à visão neoclássica da economia de mercado, defendida por Milton Friedman e demais economistas da Escola de Chicago. A decisão entre manter uma “floresta de pé” e capturar seus créditos de carbono, ou colocar uma “floresta no chão” para explorar legalmente a extração e o comércio da madeira, estaria pautada, principalmente, na lucratividade e na taxa interna de retorno de cada investimento no curto e médio prazos. E no longo prazo?

“No longo prazo, todos estaremos mortos” é uma frase conhecida do economista John M. Keynes, falecido logo após o final da Segunda Guerra Mundial. Com o advento do aquecimento global, essa frase ganha conotação apocalíptica. Keynes e os pós-keynesianos mostram que, em um mundo incerto e desconhecido, os agentes econômicos preferem reter moeda em vez de tomar decisões de gastos. O resultado dessa racionalidade é a insuficiência de demanda efetiva, desempre-

go e maior concentração de renda.

Se os Fiagro e os créditos de carbono são pautados pela lógica econômica de Friedman, seria fundamental que os ProRecycle e os créditos de reciclagem ou de logística reversa sejam pautados pela lógica econômica de Keynes, para quem a intervenção do Estado é vital para a diminuição do desemprego e para a distribuição de renda.

Em outras palavras, se o maior apelo dos Fiagro está na sustentabilidade ambiental, seria fundamental que os ProRecycle estejam ancorados na sustentabilidade social para promover a emancipação econômica e social dos catadores de rua.

Do contrário, da mesma forma como as comunidades tradicionais, as aldeias indígenas e demais povos das florestas estão sendo alijados dos ganhos econômicos e financeiros dos créditos de carbono, as cooperativas de catadores de materiais recicláveis serão privadas dos ganhos dos créditos de reciclagem. Eles têm de se contentar com as migalhas a elas concedidos pelos demais agentes econômicos que efetivamente lucram com a reciclagem em descumprimento ao protagonismo garantido aos catadores nos “projetos estruturantes” de logística reversa e de economia circular regulamentados pelos decretos nº 11.413/2023 e nº 11.414/2023.

“Menos Friedman, mais Keynes!” é o que advogamos para a regulamentação do ProRecycle, que nesse sentido pode (e deve) ser combinada com estratégias de blendedfinance patrocinadas pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e pela Caixa Econômica Federal. É fundamental que a CVM evite o “social washing” de investimentos em projetos de reciclagem que não emancipem os catadores. Pois, se existe um risco iminente de médio e longo prazos de sermos todos dizimados pelos efeitos do aquecimento global, risco maior de curtíssimo prazo está na fome e na miséria a que se sujeitam os catadores de materiais recicláveis. ■

Keynes e os pós-keynesianos mostram que, em um mundo incerto e desconhecido, os agentes econômicos preferem reter moeda em vez de tomar decisões de gastos

Augusto Simões Cunha é advogado das áreas de Mercado de Capitais e Direito Societário, Fusões e Aquisições



Divulgação



A SOLUÇÃO TÁ NA MESA



COM AS MESAS TÉCNICAS,
O TCE VIABILIZOU A RETOMADA DAS
OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA BR-174.

"Poucos países devem tanto à diplomacia quanto o Brasil"

Em entrevista, Diretora-Presidente do CEBRI - Centro Brasileiro de Relações Internacionais fala dos 25 anos da instituição e do futuro do Brasil nas relações exteriores

Da Redação, com informações do Bússola

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI, celebrou a marca dos 25 anos com um seminário especial. O evento, com o tema "De onde viemos e para onde vamos", reuniu figuras importantes para a história do thinkthank, que discutiram assuntos vitais para o futuro das relações internacionais do Brasil.

O seminário abriu com a fala da Diretora-Presidente do CEBRI, Julia Dias Leite e encerrou com um painel especial apresentado por Gilberto Gil e Luiz Fernando Furlan. A celebração trouxe à tona insights importantes e reafirmou o objetivo da instituição: servir como um centro de excelência que promove o diálogo entre os setores público, privado e acadêmico.

"Instituições como o CEBRI desempenham um papel fundamental no engajamento e diálogo com múltiplos stakeholders para fortalecer o desenvolvimento dos interesses do Brasil no cenário internacional. Ao promover o diálogo e a cooperação entre diferentes atores, o CEBRI também contribui para fortalecer a posição do Brasil como um ator respeitado e influente no cenário global, defendendo interesses do setor de maneira eficaz." afirmou Roberto Monteiro Jr., Diretor de Comunicação e Relações Institucionais da SPIC Brasil, patrocinadora oficial do evento.

Para a ocasião, analisando a história da instituição e refletindo sobre o futuro do Brasil nas relações internacionais, Julia Dias Leite comentou a sobre a trajetória do CEBRI, os planos e ações que estão por vir.

Qual foi a principal contribuição do thinktank para a sociedade brasileira nesse período?

O CEBRI tem mostrado como é possível e necessária a participação da sociedade civil na construção da política externa brasileira. Essa percepção orientou o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, ainda em 1998, a fundar um think-tank dedicado às relações internacionais do Brasil. Já naquela época, nossos fundadores entenderam que um país como o Brasil, por seu tamanho, sua cultura, sua economia, passaria a ter relevância crescente na vida internacional e, para isto, era preciso que oferecesse à formulação diplomática os aportes dos muitos setores que tinham interesse e o que dizer sobre a presença do Brasil no mundo.

Hoje, o Brasil se projeta na comunidade internacional por meio da atuação das empresas brasileiras no exterior, da integração de universidades brasileiras em circuitos internacionais de ciência e tecnologia,

**Julia Dias Leite durante
evento de
comemoração aos 25
anos do CEBRI**



de calendários artísticos em grandes cidades, e até mesmo pela atuação de entidades subnacionais que enfrentam desafios de porte global. Por meio de seus projetos, o CEBRI articula e inclui os diversos atores sempre com o objetivo de oferecer o melhor debate e a melhor proposta para projetar a presença brasileira no mundo.

O CEBRI tem entre seus associados importantes entidades do setor público, diversos consulados e dezenas de grandes empresas privadas. Como é feito esse network com interesses e políticas tão diversas?

O interesse desses atores é justamente o de se integrar a um ambiente aberto, plural e independente para troca e formulação de ideias sobre a posição brasileira na economia global e no concerto das nações. Podemos dizer que a capacidade de reunir expressiva diversidade de atores é um dos grandes ativos do CEBRI. Nosso time de especialistas é independente da agenda de atores específicos e, em interlocução com esse caleidoscópio crescente de associados, produz conhecimento aplicado de ponta sobre as relações internacionais do Brasil dos mais variados prismas.

Quais são os principais desafios e projetos do CEBRI hoje?

Estamos participando ativamente dos trabalhos que demandam a presidência brasileira do G20 em 2024. Junto com o IPEA e a FUNAG, organizamos o T20, uma das principais instâncias a oferecer sugestões e aporte para os debates que vão acontecer para preparar os documentos que serão endossados por Ministros e Chefes de Estado dos membros do G20.

Em temas como transição energética, mudança climática, transformação digital, reforma das instituições globais e combate às desigualdades, temos o desafio de juntar as

Depois de um complicado período em que nossa política externa foi na contramão da melhor tradição da diplomacia brasileira, o país retoma uma atitude equilibrada e volta a ter papel relevante na diplomacia mundial. Poucos países devem tanto à diplomacia quanto o Brasil, um ativo de que jamais poderemos prescindir. Somos o único país, dentre aqueles denominados “países-monstro” pelo diplomata George Kennan, isto é, com grande território e população, sem grande capacidade militar ofensiva”

principais vozes da sociedade civil, especialmente de thinktanks, para produzir ideias e consensos que avancem uma agenda brasileira de desenvolvimento sustentável capaz de influenciar o debate internacional sobre esses temas. Papel semelhante vamos desempenhar por ocasião da COP30, que será realizada em Belém em 2025.

O Brasil retomou seu protagonismo na diplomacia mundial?

Sim, sem dúvida. Depois de um complicado período em que nossa política externa foi na contramão da melhor tradição da diplomacia brasileira, o país retoma uma atitude equilibrada e volta a ter papel relevante na diplomacia mundial. Poucos países devem tanto à diplomacia quanto o Brasil, um ativo de que


jamais poderemos prescindir. Somos o único país, dentre aqueles denominados “países-monstro” pelo diplomata George Kennan, isto é, com grande território e população, sem grande capacidade militar ofensiva.

Nosso território, um dos maiores do mundo, foi recortado às custas do empenho negociador do Itamaraty e, apesar de dividirmos fronteiras com 10 países, vivemos em paz com todos entramos em guerra com qualquer um deles há mais de 150 anos. Quantos países do mundo com esse número de vizinhos pode dizer o mesmo? Quantos países podem orgulhar-se de manter relações com todos os demais Estados membros da ONU? Com o início do novo governo, temos visto o retorno da política externa brasileira a esta tradição, o que já tem refletido em resultados importantes, como a redução do desmatamento ilegal na Amazônia, fruto de nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Como você vê o Brasil nos próximos 25 anos? Temos a possibilidade de atingir um novo patamar no cenário internacional?

Vemos um país que, em meio a uma ordem internacional em transformação, vai ser cada vez mais demandado a assumir protagonismo na provisão de bens públicos globais, como a segurança alimentar global, o equilíbrio climático do planeta, e a prevenção e monitoramento de ameaças à saúde global.

Ao mesmo tempo, vemos um país que cada vez mais precisa se integrar ao resto mundo, seja para receber investimentos, seja para compartilhar desafios e oportunidades com parceiros internacionais. Para estar à altura deste futuro, o país precisa contar com uma sociedade civil internacionalmente engajada e relevante, papel em que o CEBRI e outras instituições de excelência têm sido pioneiras. ●

A close-up photograph of a person's hands using a screwdriver to clean the lens of a white security camera. The person is holding the camera with their left hand and the screwdriver with their right hand. The background is a warm, yellowish-orange color. The text is overlaid on the left side of the image.

SEGURANÇA só é eficaz,
quando a manutenção
também está em dia.

PIB do Brasil cresce 0,1% no 3º trimestre de 2023, diz IBGE

Economia brasileira passa por desaceleração, já que o resultado vem depois de uma alta de 1% no segundo trimestre deste ano

Raphael Martins

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 0,1% no 3º trimestre de 2023 na comparação com os três meses imediatamente anteriores, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 5 de dezembro.

A economia brasileira passa por um processo de desaceleração, já que o saldo vem depois de a atividade crescer 1% no segundo trimestre deste ano. Em relação aos mesmos três meses de 2022, o PIB brasileiro teve alta de 2%.

Este é o terceiro resultado positivo consecutivo do indicador em bases trimestrais — o IBGE revisou os números do 4º trimestre de 2022 para uma queda de 0,1%. Já na janela anual, a alta acumulada em quatro trimestres é de 3,1%. E, no acumulado dos nove meses de 2023, o ganho foi de 3,2% contra o mesmo período do ano passado.

Grande destaque do primeiro semestre, a Agropecuária teve recuo de 3,3% entre julho e setembro por conta da saída da colheita da base de comparação. Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, contudo, acumula alta de 8,8%.

O segmento de serviços, setor mais importante da economia brasileira, voltou a subir 0,6% no trimestre. A alta em relação ao mesmo período de 2022 é de 1,8%.

Em valores correntes, o PIB totalizou R\$ 2,741 trilhões. Foram R\$ 2,387 trilhões vindos de Valor Adicionado (VA) a preços básicos, e outros R\$ 353,8 bilhões de Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios.

REVISÃO DE RESULTADOS

No terceiro trimestre, o IBGE costuma realizar revisões de resultados anteriores do PIB do país.



Wagner Vilasi/Estadão Conteúdo

PIB teve o terceiro resultado positivo consecutivo do indicador em bases trimestrais

Foram revistos os números de todos os trimestres do ano de 2022, além dos dois primeiros trimestres de 2023.

A principal revisão foi uma queda menor da Agropecuária em 2022. O recuo passou de 1,7% para 1,1%. A mudança de base também altera os resultados em 2023, já que a base de comparação muda.

Assim, o setor passou de um crescimento de 18,8% para 22,9% no primeiro trimestre, e de 17% para 20,9% no segundo.



PRINCIPAIS DESTAQUES DO PIB NO 3º TRIMESTRE:

Serviços:	0,6%
Indústria:	0,6%
Agropecuária:	-3,3%
Consumo das famílias:	1,1%
Consumo do governo:	0,5%
Investimentos:	-2,5%
Exportações:	3%
Importação:	-2,1%

AGRO E SERVIÇOS CONTINUAM FORTES

O terceiro trimestre de 2023 ficou marcado por uma desaceleração mais clara da economia, que vinha de dois trimestres crescendo na casa de 1%. O resultado mais marcante é o da Agropecuária, com queda de 3,3%. O resultado é influenciado pela saída da supersafra de soja do 1º semestre.

Ainda assim, o setor puxa a economia brasileira para cima no ano, tanto que ainda há alta de 8,8% em

relação ao mesmo trimestre de 2022, apoiadas por culturas de milho (19,5%), cana (13,1%), algodão (12,5%) e café (6,9%). No acumulado do ano, o agro cresce 18,1%, líder absoluto entre os setores.

Os serviços também continuaram a trajetória de crescimento, com alta de 0,6% em relação ao trimestre anterior.

O IBGE destaca que seis das sete atividades analisadas registraram crescimento neste trimestre. Os maiores aumentos percentuais

vieram das atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,3%) e as imobiliárias (1,3%). Destaque também para Informação e comunicação (1%).

Também subiram outras atividades de serviços (0,5%), administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,4%) e comércio (0,3%). Quem teve queda foi o setor de transporte, armazenagem e correio (-0,9%), atividade ligada ao transporte de passageiros, mas também aos fretes da Agropecuária.

Contra o mesmo período do ano passado, a alta foi de 1,8%. Os destaques são a Intermediação financeira e seguros (7%) e Atividades imobiliárias (3,6%).

Os serviços totais chegam ao maior patamar da série histórica e 8% acima do pré-pandemia.

A Indústria teve alta de 0,6% no trimestre e de 1% contra o mesmo trimestre do ano passado. O destaque vai para a atividade de Eletricidade, gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, que cresceu 3,6% no período e de 7,3% versus o terceiro trimestre do ano passado.

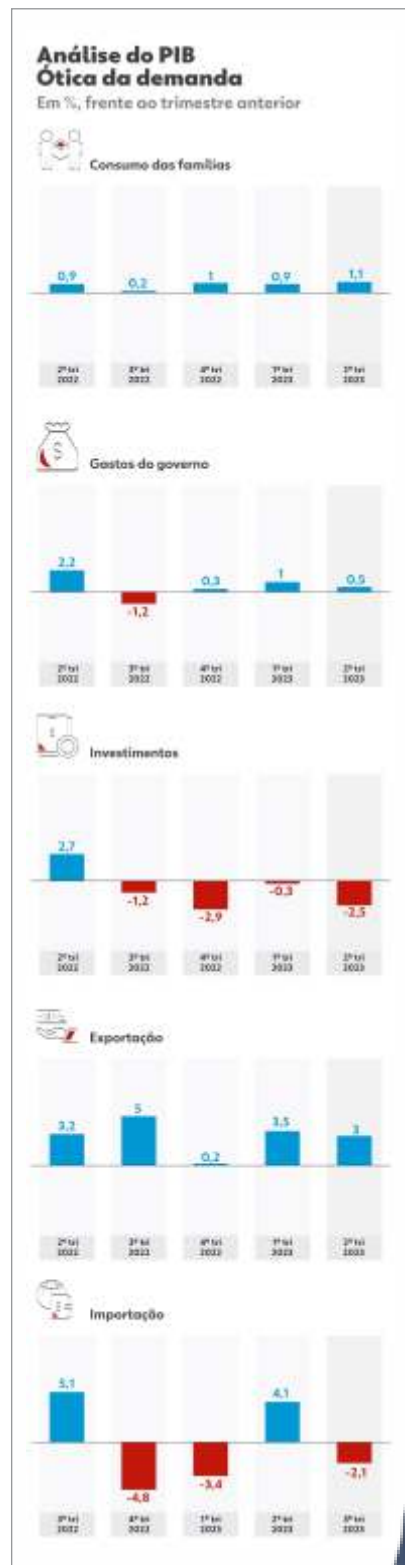
Por outro lado, a Construção foi destaque de queda, com recuo de 3,8% e de 4,5%, respectivamente.

A Indústria Extrativa também vem bem no ano. A alta no trimestre foi de 0,1%, mas de 7,2% em relação ao trimestre de 2022. Segundo o IBGE, o desempenho puxado pelo crescimento da extração de petróleo e gás.

INVESTIMENTO CAI, CONSUMO DAS FAMÍLIAS SOBE

Na ótica da demanda houve recuo importante nos Investimentos, que caíram 2,5%. economista Juliana Trece, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), indica que a ação dos juros foi determinante para o resultado.

As taxas mais altas, somadas às indefinições da agenda econômica



do governo, foram freios na decisão de investimentos de empresários e trouxeram impacto ao setor. Em relação ao mesmo trimestre do ano passado, a queda é ainda mais acentuada, de 6,8%.

O IBGE destaca a influência de uma queda na produção interna de bens de capital, decréscimo na Construção e redução na importação de bens de capital.

Já o consumo das famílias continua crescendo, influenciado pelas políticas de transferência de renda (como o reajuste do Bolsa Família e aumento real do salário-mínimo), a melhora do mercado de trabalho e a desaceleração geral da inflação.

Por outro lado, a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, afirma que os juros seguem altos e as famílias seguem endividadas, o que trouxe queda no consumo de bens duráveis.

No trimestre, o consumo das famílias teve alta de 1,1%. Contra o mesmo trimestre de 2022, a alta foi de 3,3%. O segmento também está nas máximas da série histórica do IBGE e 5,8% acima do pré-pandemia.

SETOR EXTERNO CONTRIBUI

Os bons desempenhos da Agropecuária e da Indústria extrativa no ano têm relação direta com o setor externo.

As Exportações de bens e serviços chegaram a 10% de alta em relação ao mesmo período do ano passado e de 9,8% no acumulado do ano. O IBGE destaca justamente os Produtos agropecuários, a indústria extrativa mineral, os derivados de petróleo e produtos alimentícios.

Na ponta oposta, as Importações tiveram queda de 6,1% e de 1,3% nas mesmas janelas de tempo. A

redução de vendas de máquinas e equipamentos, produtos químicos e produtos farmacêuticos são alguns dos destaques.

HADDAD ESPERA ALTA DE 3% NO ANO


O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o resultado do PIB brasileiro “surpreendeu positivamente” porque o mercado esperava uma retração, e chamou atenção para o possível efeito da queda da taxa básica de juros do país, a Selic, para o resultado final da atividade no ano.

“Nós tivemos um PIB positivo, mas fraco. Com os cortes nas taxas de juros, nós esperamos que, neste ano, nós fechemos o PIB em mais de 3% de crescimento e esperamos um crescimento na faixa de 2,5% no ano que vem. Mas o Banco Central precisa fazer o trabalho dele”, comentou Fernando Haddad, ministro da Fazenda.

O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, afirma que as travas de crédito e desaquecimento da economia por conta dos juros devem, na verdade, mostrar mais as caras neste segundo semestre, o que já fez economistas revisarem para baixo a projeção de fechamento do PIB para este ano.

“O risco é voltarmos para um cenário de 2017 a 2019, em que as commodities não estavam com desempenho brilhante e a economia relativamente fraca”, disse Vale, lembrando que efeitos da política monetária demoram a se mostrar na atividade — tanto quando juros sobem, como quando descem.

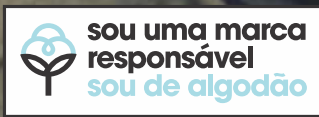
O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), também comentou brevemente o resultado: “Eu acho que não é só surpresa. É resultado de um trabalho de pessoas que acreditam que é possível fazer as coisas acontecerem.” ●



“Nós tivemos um PIB positivo, mas fraco. Com os cortes nas taxas de juros, nós esperamos que, neste ano, nós fechemos o PIB em mais de 3% de crescimento e esperamos um crescimento na faixa de 2,5% no ano que vem”, comentou Fernando Haddad, ministro da Fazenda



SEU MELHOR
ESTILO ESTÁ EM
MANAUS



CASAPRADO.COM.BR



CASA  PRADO

MANAUARA SHOPPING

Ministro da Agricultura negocia mais R\$ 500 milhões para seguro rural

O ministro da Agricultura e Pecuária, **Carlos Fávaro**, disse que negocia com a equipe econômica mais R\$ 500 milhões para o programa de subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). A declaração foi dada durante uma audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

De acordo com o ministro, em 2023, o valor reservado no Orçamento, de R\$ 933 milhões, já foi consumido, mas há necessidade de mais recursos devido às dificuldades climáticas enfrentadas pelos produtores rurais e ao aumento do preço das apólices.



Divulgação

TCU aprova renegociação entre governo e quatro termelétricas

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou no dia 6 de dezembro, a renegociação de contratos do governo com quatro usinas termelétricas. O acordo poderá resultar, segundo o próprio órgão, em economia de até R\$ 1,64 bilhão aos consumidores, que deixarão de pagar encargos na conta de luz.

A renegociação envolve quatro termelétricas flutuantes instaladas na Baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro. De propriedade da companhia turca KPS, as usinas foram contratadas de forma emergencial durante a crise hídrica de 2021, mas não precisaram mais ser acionadas com a recuperação dos reservatórios das hidrelétricas nos anos seguintes.



Divulgação

BNDES: infraestrutura sustentável e mudança climática terão R\$ 8,5 bi

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) terá US\$ 1,7 bilhão, o equivalente a cerca de R\$ 8,5 bilhões, para investir em projetos de infraestrutura sustentável e de mitigação e adaptação às mudanças do clima. Os recursos são de empréstimos feitos junto ao New Development Bank (NDB), conhecido como Banco do Brics, cujos contratos de captação foram assinados no dia 6 de dezembro, na sede do BNDES, no Rio de Janeiro. A cerimônia contou com a presença do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**, que ressaltou, em discurso, a importância da captação e do próprio BNDES no financiamento de projetos que contribuem para o desenvolvimento sustentável do país.



Divulgação



TSE e Anatel assinam acordo para combater fraudes feitas com IA

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro **Alexandre de Moraes**, assinou um acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para combater a reprodução de desinformação produzida por inteligência artificial (IA). De acordo com o TSE, as determinações do tribunal para retirada de conteúdos prejudiciais ao processo eleitoral

deixarão de ser enviadas por oficial de Justiça. Elas passarão a ser comunicadas por um sistema eletrônico, com objetivo de acelerar o cumprimento do bloqueio de sites que divulguem fake news durante as eleições. Em breve, a Justiça Eleitoral vai regulamentar o uso de inteligência artificial nas eleições municipais de 2024.

Divulgação

Instalada comissão da MP do Ministério do Empreendedorismo

A comissão mista que vai analisar a medida provisória que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MP 1.187/2023) foi instalada no dia 6 de dezembro. Por acordo entre as lideranças partidárias, o senador **Jorge Kajuru** (PSB-GO) foi eleito presidente da comissão. O relator será o deputado Ricardo Silva (PSD-SP). Ainda não há definição sobre o vice-presidente e o relator-revisor.

A MP está em vigor desde setembro. A pasta, chefiada pelo ministro Márcio França, é a responsável por fomentar políticas públicas que beneficiem os microempreendedores individuais (MEI), além das micros e das pequenas empresas do país.



Divulgação



Comissão de Fiscalização Financeira e Controle debate juros sobre capital próprio

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados promove audiência pública sobre as empresas multinacionais e o mecanismo de juros sobre capital próprio. O pedido para realização do debate foi apresentado pelo deputado **João Carlos Bacelar** (PL-BA). Ele alerta para denúncias publicadas na imprensa sobre práticas irregulares de multinacionais brasileiras no pagamento de Imposto de Renda sobre lucros no exterior. A controvérsia, segundo o deputado, estaria em torno da compensação do Imposto de Renda devido no Brasil com o imposto pago no exterior por empresas multinacionais brasileiras.

CGU e PF criam grupo para enfrentamento integrado à corrupção

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Polícia Federal (PF) decidiram integrar parte dos esforços empenhados no combate ao desvio de recursos públicos. No dia 7 de dezembro, o ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, e o diretor-geral da PF, Andrei Augusto Passos Rodrigues, assinaram uma portaria conjunta que cria o Grupo Integrado de Enfrentamento aos Crimes de Corrupção e Desvio de Recursos Públicos.

“Firmamos, hoje, uma importante parceria”, comentou o ministro ao assinar o acordo, durante evento em comemoração ao Dia Internacional contra a Corrupção (9 de dezembro). “Com ações coordenadas, capazes de abordar as complexas faces do fenômeno da corrupção [...] aumentamos a capacidade de detecção. E, quanto maior for nossa capacidade de descobrir ilícitos, menores serão os incentivos para que agen-



tes públicos ou privados atuem de forma ilegal”, acrescentou Carvalho, explicando que a parceria possibilitará que CGU e PF criem mais um canal de diálogo e estreitem os laços a fim de construir estratégias conjuntas.

Mendes critica reforma e descarta aumentar impostos em MT



O governador **Mauro Mendes** (União) anunciou que Mato Grosso não elevará a alíquota de ICMS (imposto estadual), a exemplo de outros estados brasileiros. A possibilidade chegou a ser levantada pelo Executivo, por conta de um trecho do texto da Reforma Tributária aprovada no Senado.

Mendes afirmou que a decisão foi tomada após reunião com os secretários Rogério Galo (Fazenda), Fabio Garcia (Casa Civil), o governador em exercício Otaviano Pivetta (Republicanos) e o suplente de senador Mauro Carvalho.

“Nós decidimos juntos que o Estado de Mato Grosso não vai entrar nessa guerra fiscal ao contrário, ou seja, elevando impostos para preservar uma regra que, a meu ver, é equivocada”, afirmou.

Gestão e ENAP celebram parceria inédita

Liderada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais, cooperação trará impactos positivos na governança corporativa com a capacitação de conselheiros e conselheiras nas empresas públicas

Da Redação

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), deu um importante passo para reforçar o papel estratégico das empresas estatais. Em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), a Sest assinou um Termo de Execução Descentralizada (TED), mediante o qual a Escola desenvolverá cursos de capacitação para os conselheiros e conselheiras de administração das estatais federais.

O objetivo da parceria é o desenvolvimento, atualização e aperfeiçoamento desses profissionais, por meio de cursos a distância. A Enap ficará responsável pela concepção do desenho instrucional, acompanhamento da elaboração do conteúdo, produção web e implementação na plataforma EV.G. Nesse contexto, a escola promoverá o piloto, a hospedagem, a gestão acadêmica, a emissão de certificados e outros serviços correlatos à Escola Virtual.Gov (EV.G).

Ao todo serão oito cursos, que envolvem temas como governança das empresas estatais federais; o papel dos

conselhos de administração das empresas estatais federais; gestão estratégica e inovação nas empresas estatais; integridade, controle e gestão de riscos para empresas estatais; conceitos básicos de finanças e contabilidade; gestão de pessoas nas empresas estatais; previdência complementar aplicada às empresas estatais; e o orçamento de empresas estatais federais.

De acordo com Bráulio Figueiredo Alves da Silva, diretor de Desenvolvimento Profissional, da ENAP, "a parceria entre a Enap e a Sest, para criar cursos que atendam conselheiros de empresas estatais, destaca a importância da capacitação e profissionalização, melhoria da governança corporativa e impacto positivo no setor público e na sociedade como um todo". Para ele, "essa iniciativa visa uma qualificação em conhecimentos essenciais para tomada de decisões eficientes, promovendo transparência, responsabilidade e melhor gestão nas empresas estatais, o que beneficia a economia e o bem-estar social. Em suma, esta parceria é um avanço importante na busca por uma administração pública mais qualificada, transparente e efetiva, beneficiando



Divulgação

não apenas as empresas estatais, mas toda a sociedade", completou.

Para a secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Elisa Leonel, a parceria representa o compromisso do Ministério da Gestão com o fortalecimento das estatais, garantido a qualificação e o desenvolvimento de competências dos conselheiros e conselheiras das estatais. "A Sest está atuando muito próximo aos conselheiros, a fim de promover uma participação mais adequada, no que tange o debate de políticas públicas, saúde financeira e governança das empresas públicas. Para isso, entendemos que diálogo amplo, orientações permanentes e capacitação são de extrema importância. Nosso objetivo é aprimorar a tomada de decisões, garantindo a autonomia, para que os conselheiros e conselheiras possam desempenhar seu



O objetivo da parceria é o desenvolvimento, atualização e aperfeiçoamento desses profissionais, por meio de cursos à distância

De acordo com **Bráulio Figueiredo Alves da Silva, diretor de Desenvolvimento Profissional, da ENAP, "a parceria entre a Enap e a Sest, para criar cursos que atendam conselheiros de empresas estatais, destaca a importância da capacitação e profissionalização, melhoria da governança corporativa e impacto positivo no setor público e na sociedade como um todo"**

papel com foco no desenvolvimento social e inclusivo", afirma.

ESTRATÉGIA

A capacitação figura entre as ações estratégicas planejadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), com o fim de promover a valorização da propriedade estatal e consecução das políticas públicas a que essas empresas se destinam. Atualmente, as empresas estatais federais estão vinculadas a 16 ministérios, que atuam em diversos setores relevantes da economia.

A iniciativa atende à legislação, que dispõe, no art. 17, § 4º, da Lei nº 13.303/2016, e no art. 42, do Decreto nº 8.945/2016, que todos os administradores e conselheiros fiscais de empresas estatais federais devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos

específicos sobre temas relacionados às atividades da empresa pública ou da sociedade de economia mista em que atuam.

QUEM SÃO OS CONSELHEIROS DAS ESTATAIS?

Os conselheiros e conselheiras de administração são indicados pela União, pelos acionistas minoritários, conselheiros independentes e representantes de empregados, como também para a área de governança das estatais. A Sest tem a missão de orientar e trabalhar junto com os conselhos no papel que a União desempenha como acionista majoritário. O desafio dos conselheiros que representam a União está em promover o crescimento econômico aliado à inovação, sustentabilidade e interesse público, associados ao financiamento papel estratégico das estatais.●

ApexBrasil e Unica firmam convênio na COP28 para promover etanol



Objetivo é impulsionar o biocombustível como alternativa limpa e renovável, contribuindo para redução das emissões de gases de efeito estufa

Canal Rural e Notícias Agrícolas

A União da Indústria da Cana-de-açúcar e Bioenergia (UNICA) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) assinaram em Dubai, durante a COP28 um acordo para promover o etanol no mercado internacional. Com duração de dois anos, o programa prevê investimentos de R\$ 19,5 milhões, sendo R\$ 10 milhões aportados pela ApexBrasil e R\$ 9,5 milhões pela UNICA.

A ideia é que os recursos sejam

utilizados para disseminar internacionalmente a ideia que o etanol é o combustível mais viável para promover a transição energética na matriz de transporte. Além disso, vai posicionar o Brasil como a grande referência nesse processo, dada a experiência no país no tema.

“Essa é uma agenda que mostra que o Brasil está procurando dar a sua contribuição, não só para os brasileiros, mas para o mundo inteiro”, disse Jorge Viana, presidente da ApexBrasil.

“O Brasil é um líder global na produção de etanol e tem uma abordagem inovadora para a produção de bioenergia que não compete com alimentos e não produz desmatamento”, disse Jorge Viana, presidente da ApexBrasil. “Este convênio é uma oportunidade para compartilharmos nossa experiência e expertise com outros países e contribuirmos para a transição energética global.”

Na avaliação de Evandro Gussi, presidente da UNICA, o Brasil conseguiu desenvolver um modelo único de produção de bioenergia. Na rota brasileira, é possível produzir um biocombustível que não promova o desmatamento e que não concorra com a produção de alimentos.

“O elemento principal desse projeto com a Apex é que o modelo feito no Brasil pode ser replicado para outros países da América Lati-



Projeto vai promover na Ásia, África e América do Sul modelo de produção de etanol do Brasil



Fotos: Divulgação

Jorge Viana, presidente da ApexBrasil em viagem a COP 28

“Este convênio é uma oportunidade para compartilharmos nossa experiência e expertise com outros países e contribuirmos para a transição energética global”, disse **Jorge Viana, presidente da ApexBrasil**

na, África e na Ásia, sobretudo no Sudeste Asiático”, disse Gussi.

Apesar de ter uma vigência de dois anos, o presidente da ApexBrasil não descartou a possibilidade de haver novos aportes no projeto. Em sua avaliação, o governo brasileiro não deixará de apoiar iniciativas que promovam o protagonismo do Brasil na solução da crise climática.

A FORÇA DO ETANOL

O setor do etanol no Brasil é um dos mais importantes do país. Em 2022/2023, o Brasil produziu 31,2 bilhões de litros de etanol, sendo 4,43 bilhões de litros a partir do milho. A indústria do etanol contribui com uma receita de 40 bilhões de dólares e representa cerca de 2% do PIB brasileiro.

A cana-de-açúcar é a principal fonte de energia renovável do Brasil, responsável por 16,4% da matriz energética ou 37% de toda a energia renovável ofertada no país. ●

CMO aprova aumento de R\$ 10,5 bi na receita do Orçamento de 2024

A relatora, senadora Professora Dorinha Seabra, considerou alterações como incentivos fiscais e o aumento do barril de petróleo

Agência Câmara

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou no dia 6 de dezembro, o relatório da receita referente ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 (PLN 29/23), com um acréscimo de R\$ 10,5 bilhões na estimativa. O valor é

de R\$ 813 milhões após descontadas as transferências obrigatórias para estados e municípios. A relatora, senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO), reavaliou os preços do petróleo e do dólar para o ano que vem, que impactam as receitas de royalties.

No projeto enviado pelo governo em

agosto, o preço médio do barril de petróleo havia sido estimado em R\$ 73,90. Em novembro, a equipe econômica já havia elevado esse valor para R\$ 82,34.

A senadora explicou que foram feitos, também, ajustes de redução de receitas por causa de três impactos que não entraram na previsão inicial do



A senadora, Professora Dorinha Seabra (União-TO), explicou que foram feitos, também, ajustes de redução de receitas por causa de três impactos que não entraram na previsão inicial do governo. O maior deles, de R\$ 1,3 bilhão, é relativo à prorrogação de incentivos fiscais da Sudam e da Sudene (PL 4.416/21)

governo. O maior deles, de R\$ 1,3 bilhão, é relativo à prorrogação de incentivos fiscais da Sudam e da Sudene (PL 4.416/21). Também foram considerados os efeitos da sanção do Regime Especial de Tributação do Programa Minha Casa Minha Vida (Lei 14.620, de 2023) e da prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Reporto (PL 5.610/23).

Dorinha lembrou que uma estimativa correta da arrecadação é importante para que o governo possa cumprir a meta fiscal de zerar o déficit das contas públicas. A meta será considerada cumprida se o resultado for negativo em até R\$ 28,8 bilhões.

O relatório afirma ainda que, após registrar uma arrecadação recorde em 2022, a expectativa mais atualizada do governo é de que a arrecadação em 2023 apresente valor similar ao do ano passado, o que representa uma perda real de arrecadação. Neste cenário, o texto lembra que o Executivo espera novas receitas de R\$ 168,5 bilhões em 2024.

Outro ponto abordado é que, nos últimos 11 anos, apenas em 2015 e 2019, o Congresso não elevou as receitas dos projetos de lei orçamentária. Ainda assim, as receitas têm ficado acima do previsto. Em 2022, o Congresso elevou as receitas em R\$ 71,8 bilhões e o resultado foi R\$ 286 bilhões maior que o da lei.

EMENDAS

A Comissão Mista de Orçamento também aprovou as diretrizes do Comitê de Admissibilidade de Emendas ao Orçamento, que define as regras para as intervenções na lei orçamentária pelos parlamentares. O texto tem um anexo de 156 obras que devem ser repetidas pelas bancadas estaduais por ainda não estarem concluídas. A legislação obriga as bancadas a destinar recursos para obras já contempladas por emendas no ano anterior até que elas sejam concluídas.

Foi reservado no projeto um total de R\$ 12,5 bilhões para as emendas de bancada. A CMO decidiu fazer uma reserva de R\$ 4 bilhões para complementar recursos do Fundo Eleitoral para as eleições municipais. Neste caso, cada bancada terá direito a R\$ 316,9 milhões.

Além das emendas de bancada, os parlamentares podem propor emendas individuais e de comissões permanentes. Também são feitas emendas pelos relatores setoriais e pelo relator-geral.

O deputado Júnior Mano (PL-CE), que é coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas, destacou que será necessário levar em conta a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as emendas de relator. No final de 2022, o Supremo decidiu que elas só poderão ser usadas para corrigir “erros e omissões” e recompor dotações canceladas. Ou seja, não será permitida emenda que inclua programação nova ou para aumento dos valores do projeto, como aconteceu entre 2020 e 2022.

Para as emendas individuais, estão reservados cerca de R\$ 25 bilhões no Orçamento de 2024. Cada senador poderá propor até 25 emendas no valor total de R\$ 69,6 milhões. Já os deputados têm a mesma quantidade de emendas, mas o valor é menor: R\$ 37,8 milhões. Metade dos recursos deve ser destinada para ações de saúde. ●

Roque de Sá/Agência Senado



Senadora Professora Dorinha Seabra

Café, fogão à lenha e natureza

Minas Gerais é o estado mais procurado para a tendência do setor de viagens, conforme aponta pesquisa do Ministério do Turismo. Cidades do Sul de Minas têm apostado em atividades no segmento. Confira.

Anna Gabrielle de Freitas

Minas Gerais é um estado popularmente conhecido pela receptividade do povo, da prosa boa e da culinária típica da região. Mas, conforme apontam dados do Ministério do Turismo, o estado tem se destacado também como o destino mais procurado para a prática de turismo rural e municípios do Sul de Minas têm investido no setor.

Apostando nesta tendência do setor de viagens, que deve crescer ainda mais, visto que dados da Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural apontaram um crescimento de 50% na procura pelo segmento em todo o país, municípios do Sul de Minas têm investido em atividades do ramo para impulsionar o setor na região.

O objetivo das cidades é expandir o número de visitantes adeptos à prática desta modalidade no Sul de Minas para fomentar economias locais.

E, além de apreciar as riquezas naturais das cidades, os turistas podem visitar fazendas produtoras de café, azeites, leite, uvas e, em alguns casos, conhecer o processo de produção dos derivados desses itens como, por exemplo, os vinhos, doces, queijos e cafés especiais.

Já para os mais aventureiros, o público encontra à disposição trilhas, escaladas em pedras e montanhas, rapel e saltos.

A reportagem destacou alguns dos circuitos disponíveis na região, que mostram o que o interior oferece de melhor em atividades no segmento do turismo rural. Confira:

GONÇALVES

Gonçalves destaca-se pelas belezas naturais e pelo clima subtropical de altitude. A cidade é o roteiro certo para o público que deseja contato com a natureza.

O município possui mais de 30 cachoeiras, algumas delas localizadas bem pertinho do Centro, como a Cachoeira do Cruzeiro e a Sete Quedas, onde é possível mergulhar.

E para os que gostam de escalada, as atividades podem ser realizadas em alguns picos e falésias como a Pedra Chanfrada, Pedra do Forno, Mirante do Cruzeiro e Pedra Bonita. Ao todo, segundo a Secretaria Municipal de Turismo, o município possui 11 pedras que fazem parte do roteiro turístico municipal.

A prática de trekking (caminhada por trilhas), mountain bike, rapel, passeios off road (em estrada de terra),



Culinária típica mineira em Gonçalves

Sul de Minas Gerais aposta em turismo rural para atrair visitantes

cavalgada em meio a araucárias e outras paisagens deslumbrantes também estão entre as opções disponíveis e mais buscadas na cidade pelo público aventureiro.

Se tratando de gastronomia, o município não deixa a desejar. São muitos os restaurantes de chefs e famílias da região. As cozinhas são diversas, porém, com destaques para oferta de comida brasileira e mineira.

A Prefeitura de Gonçalves realizou uma pesquisa de demanda, a qual aponta os destinos e pontos turísticos mais procurados pelo público na cidade. Os



Vista parcial
de Gonçalves



Igreja Matriz
de Andradas

destaques são para a Igreja Matriz, no Centro da cidade, visitada por 57,7% dos turistas; para a Cachoeira 7 Quedas, visitada por 49,6% do público e para a Cachoeira do Cruzeiro, procurada por 34,1% dos turistas.

ANDRADAS

Localizada na Serra da Mantiqueira, Andradas tem um relevo montanhoso típico uma altitude média de 940 metros acima do nível do mar. A cidade é popularmente conhecida como a Terra do Vinho por sua tradição vinícola trazida dos imigrantes do norte da Itália

e é um dos roteiros turísticos com atrativos propícios para a prática do turismo rural.

Dentre esses atrativos, destacam-se passeios atrelados às atividades agrícolas do município, como café, uva e oliva. Visitas a picos, pedras e complexos de montanhas, entre elas o Pico do Gavião, a Serra do Caracol e a Pedra da Cruz.

Os mirantes, pesqueiros e pontos turísticos que proporcionem a contemplação do pôr do sol e o contato com a natureza também são roteiros que atraem turistas deste segmento para a cidade.

Segundo a Secretaria de Turismo, a busca dos turistas por propriedades rurais que proporcionem experiências com o processo de produção de azeite, bem como as visitas a vinícolas, cacharias e o consumo em restaurantes rurais tipicamente mineiros, são as principais atrações relacionadas ao turismo rural na cidade.

Ainda conforme a pasta, a culinária local também atrai centenas de visitantes à cidade. A cidade criou a Rua Gastronômica, que como o próprio nome sugere, é repleto de bares e restaurantes. E entre os pratos típicos mais procurados na cidade, um dos destaques vai para o Virado de Frango local, Patrimônio Material Cultural do município.

POÇOS DE CALDAS

Envolta por montanhas, Poços de Caldas está localizada em um planalto de formação vulcânica, que surgiu há pelo menos 80 milhões de anos. A cidade, famosa pelas águas termais, é também um dos destinos mais procurados quando o assunto é a vivência do turismo rural no Sul de Minas.

Conforme a Secretaria de Turismo, as buscas mais populares na cidade são por visitas a fazendas produtoras de café, azeite, vinhos e queijos. Além disso, há também uma grande demanda pela prática de esportes de aventura, como trilhas, caminhada, escalada e rapel.

Entre os destinos mais procurados para prática das atividades no segmento está a Fazenda Irarema. Uma fazenda centenária que migrou da produção de cafés gourmet para produção de azeite.

No local o turista pode conhecer a fábrica e os processos de produção do azeite, fazer um tour pela fazenda passando pelas oliveiras e, participar de degustação sensorial.

Outro ponto bastante procurado é Sítio Retiro das Tábuas. O local oferece ao visitante hospedagem rural, visita guiada para conferir a produção de doces artesanais, com destaque para os doces gigantes em peças de 100 kg.

A culinária é um dos maiores destaques no segmento do turismo rural no município. Entrelaçando sabores, cultura e tradição, há fazendas, pesqueiros e hotéis-fazenda que disponibilizam pratos típicos da culinária mineira, como o tutu de feijão, torresmo e leitão pururuca. ●

SIMPLESMEN



**IPCM: Tudo que
empresários, governantes
e candidatos precisam para vencer.**



SÃO PAULO - IPCM
(11) 9 9733-4847

Alameda Santos nº 1827, CJ 112,
Cerqueira César, Edifício José
Bonifácio, São Paulo SP

BRASÍLIA - IPCM
(61) 3041-9580

SBS quadra 02 bloco E, sala 206,
sobreloja, Edifício Prime,
Asa Sul, Brasília DF



ITE VERDADE




PESQUISAS

Inteligência, Pesquisa,
Comunicação & Marketing

Com mais de 20 anos de experiência o **IPCM: Inteligência, Pesquisa, Comunicação & Marketing**, se atualiza e se moderniza. Novos conceitos e tecnologias de ponta, passaram a ser utilizados em levantamentos, pesquisas, discussões e análises, garantindo as melhores estratégias, os caminhos mais amplos e as verdades absolutas. Tudo isso é mais segurança para lançar, contruir e solidificar empresas, produtos e campanhas eleitorais. Venha vencer com a gente

CUIABÁ – IPCM
(65) 99215-1877

Av. Miguel Sutil, 8800 Bairro Duque de Caxias
Edifício Advanced Business, Salas 805/806
Cuiabá - MT.



**Você sabia que antes
de contratar nosso
sistema de alarme,
você recebe a visita
de um de nossos
especialistas de
segurança?**

 **NEWLINE**
SISTEMAS DE SEGURANÇA